

Parecer Nº 364/2022 DCI/MB/SE

Boquim, 08 de Agosto de 2022

A Comissão Permanente de Licitação de Compras e Serviços da Prefeitura Municipal de Boquim/SE encaminha ao Departamento de Controle Interno, através da comunicação interna nº 208/2022, para análise técnica do procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão Eletrônico nº 14/2022 (Secretarias Municipais de Obras, Urbanismo e Serviços de Utilidade Pública; Agricultura, Comércio, Indústria e Meio Ambiente; Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo), sob o Sistema de Registro de Preços - SRP, objetivando eventual prestação de serviços de manutenção e conservação de veículos (recapagem e vulcanização) dos itens que forma desertos no Pregão Eletrônico nº 10/2022-PMB, conforme descrição do anexo I do edital.

I – Das Considerações Iniciais

Registre-se que esta análise está fundamentada no inciso VI do artigo 38 da Lei n.º 8.666/93, aplicado de forma subsidiária, advertindo que este Órgão de Controle Interno não se manifestará sobre a habilitação ou inabilitação das empresas, bem como a classificação ou desclassificação das propostas, tendo em vista que é de responsabilidade do(a) pregoeiro(a) a liberalidade para negociar o valor das propostas e a habilitação ou não dos licitantes, com fulcro no artigo 17, inciso V do Decreto Federal n.º 10.024/2019 c/c Decreto Municipal nº 104/2020.

Inicialmente é importante frisar que no Sistema de Registro de Preços – SRP as fases do certame, desde a convocação e habilitação até a homologação e adjudicação da licitação, observará as exigências, procedimentos, critérios e prazos legais adotados para modalidade escolhida, no caso em análise, o pregão eletrônico, satisfazendo, dessa forma, o disposto no Decreto Municipal nº 104/2020.


Vanessa Silva Menezes
Controladora Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOQUIM

ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE BOQUIM
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

000237

para o exercício;
[...]

III – Da Publicação

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 37, aloca como um dos princípios basilares da Administração Pública a PUBLICIDADE. Tal referência aponta para a necessidade de que os atos administrativos sejam expostos, residindo na premissa dos agentes públicos não praticarem seu *mister* para satisfação pessoal, mas sim tão somente do interesse público. Nesse sentido, os ajustes efetivados pela Administração, fundamentados diretamente pela Lei nº 8.666/93, prevê:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, **da publicidade**, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010).

A Lei nº 10.520/02, que institui a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, por seu turno, assim dispõe:

Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

I - a convocação dos interessados será efetuada por meio de publicação de aviso em diário oficial do respectivo ente federado ou, não existindo, em jornal de circulação local, e facultativamente, por meios eletrônicos e conforme o vulto da licitação, em jornal de grande circulação, nos termos do regulamento de que trata o art. 2º;

O Tribunal de Contas do Estado de Sergipe - TCE, utilizando de sua prerrogativa de Órgão de Controle Externo, fundamentando-se no art. 113 da Lei nº 8.666/93 que preceitua que o controle das despesas decorrentes dos contratos e demais instrumentos regidos pela LLCA será realizada pelo Tribunal de Contas,



PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOQUIM

ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE BOQUIM

DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

000/239

convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

[...]

VI - no dia, hora e local designados, será realizada sessão pública para recebimento das propostas, devendo o interessado, ou seu representante, identificar-se e, se for o caso, comprovar a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

VII - aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e entregarão os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecidos, procedendo-se à sua imediata abertura e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;

VIII - no curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor;

IX - não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no inciso anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos;

X - para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital;

XI - examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade;

XII - encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital;

XIII - a habilitação far-se-á com a verificação de que o licitante está em situação regular perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e as Fazendas Estaduais e Municipais, quando for o caso, com a comprovação de que atende às exigências do edital quanto à habilitação jurídica e qualificações técnica e econômico-financeira;

XIV - os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e sistemas semelhantes mantidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados nele constantes;

M. M. M.

Ja Silva Marcedd
C. M. M. M.



PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOQUIM

ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE BOQUIM

DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

000241

Em seguida, foi realizada pela Pregoeira da Disputa e sua Equipe de Apoio, a verificação quanto à compatibilidade do preço apresentado com o de mercado e o valor ofertado para esta aquisição, bem como a análise da documentação relativa à habilitação.

Constam aos autos do processo às fls. 000232 a 000233, Termo de Adjudicação, devidamente assinado pela Pregoeira, demonstrando assim o resultado do Pregão analisado.

Cumpre destacar que a relação jurídica de natureza obrigacional no SRP, faz-se por meio da denominada Ata de Registro de Preços, podendo seguir-se de contrato ou outros instrumentos hábeis.

Observe-se que a Ata de Registro de Preços só terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após o cumprimento dos requisitos de publicidade; este procedimento antecede a assinatura do termo contratual ou instrumento equivalente.

Dessa forma, caracterizada a necessidade de adquirir o objeto com preço registrado, o compromisso da contratação passa a ser regulado pela Lei n.º 8.666/93.

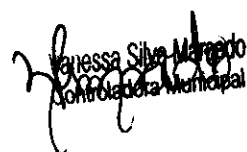
Ressalte-se que cada aquisição deverá considerar o valor isolado, descabendo somar o valor a ser despendido no exercício, pois são características do SRP a imprevisibilidade e a faculdade de aquisição ou não.

Cada contratação, durante a vigência do SRP, é autônoma. Por esse motivo na prática, prevalecerão os instrumentos hábeis, implicando a redução de custos de publicação dos ajustes. Será, porém, necessária à publicação, na dicção do parágrafo único, do artigo 61, se for necessário contrato.

Ultrapassada esta fase, ou seja, encerrado o procedimento licitatório, cabe ao órgão gerenciador administrar o Sistema de Registro de Preços.

V – Das Considerações gerais e recomendações

Deverão as secretarias solicitantes justificar a necessidade de


Vanessa Silva Marinho
Controladora Municipal

Dessa forma para fins de subsidiar a execução contratual pela secretaria solicitante deverão conter em todos os procedimentos os seguintes documentos os quais encaminhamos como modelo: "Planilha de Acompanhamento Contratual" (ANEXO I), documento este, sem prejuízos de outros, essenciais à aprovação por este órgão de controle quando da solicitação da liquidação da despesa.

Ademais orientamos, que caberá ao secretário da respectiva pasta ou o fiscal do contrato, atestar as notas fiscais bem como estes serão responsáveis pelo acompanhamento e controle das atividades, bem como a fiscalização contratual, ressalta-se que estes deverão serem designados mediante portaria de gestor e fiscal do contrato.

VII - Da Conclusão

Ante o exposto, opina o Departamento Municipal de Controle Interno **favoravelmente** à homologação do procedimento licitatório, desde que observadas as recomendações encimadas, devendo os autos do processo ser encaminhado à Autoridade Superior para decidir sobre a homologação, ou não, do certame.

Após a homologação da licitação deverá a Comissão Permanente de Licitação de Compras e Serviços da Prefeitura Municipal de Boquim proceder com a assinatura da Ata de Registro de Preços; encaminhar cópia desta ata a Secretaria/Fundo Municipal participante e publicar a referida ata, em razão do seu denso conteúdo obrigacional, satisfazendo o previsto no artigo 12, do Decreto Municipal n.º 190/17.

Por fim, cabe informar que o gerenciamento da Ata de Registro de Preços será realizado pela Secretaria/Fundo solicitante e consiste em: solicitar o pedido do produto e das quantidades; indicar o fornecedor ou prestador de serviços e dar baixa no saldo para contratação.

É o entendimento, salvo melhor juízo.

Fátima Silva Marcedo
Controladora Municipal
Fátima